

Movida Participações S.A.

CNPJ nº 21.314.559/0001-66 – NIRE nº 35.300.472.101

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2026

1. **Data, Hora e Local:** 10 de fevereiro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Movida Participações S.A. (“**Companhia**” ou “**Emissora**”), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04.530-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Denys Marc Ferrez; Secretária: Maria Lúcia de Araújo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e do estatuto social da Companhia, sobre as seguintes matérias: **(i)** a realização da 26ª (vigésima sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográficaria, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) ou de entidade autogeruladora, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 160**”), e das demais disposições legais aplicáveis, que atenderá as características descritas abaixo (“**Emissão**” e “**Oferta**”, respectivamente); **(ii)** a autorização à Diretoria da Companhia e aos seus eventuais procuradores, para praticar(em) todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à celebração dos seguintes contratos e seus respectivos aditamentos, caso necessário: **(a)** o “**Instrumento Particular de Escritura da 26ª (vigésima sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográficaria, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Movida Participações S.A.**”, a ser celebrado entre a Companhia, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ**”) sob o nº 17.343.682/0001-38 (“**Agente Fiduciário**”), na qualidade de representante da comunidade dos interesses dos titulares das Debêntures (“**Debenturistas**”), e, na qualidade de fiadora, a **Movida Locação de Veículos S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.976.147/0001-60 (“**Fiadora**”) e “**Escritura de Emissão**”, respectivamente); **(b)** o “**Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográficaria, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 26ª (Vigésima Sexta) Emissão da Movida Participações S.A.**”, a ser celebrado entre a Companhia, a instituição intermediária integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, contratada para realizar a Oferta (“**Coordenador Líder**”), com a intervenção da Fiadora (“**Contrato de Distribuição**”), bem como a contratação dos prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o Coordenador Líder, o banco liquidante, o escriturador, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (“**B3**”), o Agente Fiduciário, a agência de classificação de risco, e o assessor legal, dentre outros prestadores de serviços que se fizerem necessários à implementação da Emissão e da Oferta, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, em conformidade com a Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e com a Resolução CVM 160; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a consecução da Emissão e/ou da Oferta. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem restrições ou ressalvas, aprovaram: **(i)** a realização da Emissão e da Oferta, que terão as seguintes características e condições principais, a serem previstas e detalhadas na Escritura de Emissão: **(a) Número da Emissão:** A Emissão representa a 26ª (vigésima sexta) emissão de debêntures da Emissora; **(b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“**Valor Total da Emissão**”); **(c) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(d) Valor Nominal Unitário das Debêntures:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”); **(e) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures no âmbito da Emissão; **(f) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão de Debêntures (“**Data de Emissão**”); **(g) Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures (“**Data de Início da Rentabilidade**”); **(h) Destinação dos Recursos:** Os Recursos Líquidos (conforme será definido na Escritura de Emissão) obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para gestão de passivos (*liability management*); **(i) Garantia Fidejussória:** A Fiadora se obriga, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretirável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente (com a Emissora) responsável por todas as Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e facilidades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada (“**Fiança**”). Para os fins da Emissão, “**Obrigações Garantidas**” significa: **(i)** as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração (conforme definido abaixo), dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) e dos demais encargos, relativos às Debêntures e às obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão; **(ii)** quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, incluindo obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, inclusive a remuneração do Agente Fiduciário; e **(iii)** as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou execução da Fiança. A Fiança entrará em vigor na data de celebração da Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral das Obrigações Garantidas; **(j) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser estipulada na Escritura de Emissão (“**Data de Vencimento**”); **(k) Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira:** As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** negociação, no mercado secundário por meio do CETIP21- Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(l) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome dos Debenturistas, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(m) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(n) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográficaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia real e sem preferência, com garantia fidejussória adicional, na forma de Fiança, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão; **(o) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na Data de Início da Rentabilidade, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, o preço de subscrição será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as disposições a serem previstas na Escritura de Emissão (sendo cada data, uma “**Data de Integralização**”). Observado o disposto no Contrato de Distribuição a esse respeito, as Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures que sejam integralizadas em uma mesma Data de Integralização. O ágio ou deságio, conforme o caso, serão aplicados na ocorrência de uma ou mais condições objetivas de mercado, definido a exclusivo critério do Coordenador Líder, incluindo, mas não se limitando a: **(i)** alteração da taxa SELIC; **(ii)** alteração nas taxas de juros dos títulos do tesouro nacional; ou **(iii)** alteração no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou na Taxa DI (conforme abaixo definido), sendo certo que o preço da Oferta será único; **(p) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“**Coordenador Líder**”), nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, nos termos do Contrato de Distribuição. Não será permitida a distribuição parcial das

Debêntures; **(q) Público-alvo da Oferta:** As Debêntures serão destinadas exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, observado o disposto no artigo 13 da referida Resolução, nos termos do artigo 26, inciso V, “a”, da Resolução CVM 160; **(r) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(s) Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos publicados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<https://ri.movida.com.br/>), sendo a divulgação comunicada ao Agente Fiduciário e à B3, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações; **(t) Amortização do Principal:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser definida na Escritura de Emissão e o último pagamento na Data de Vencimento, conforme datas e percentuais indicados na tabela a ser prevista na Escritura de Emissão (em conjunto, cada uma, uma “**Data de Amortização das Debêntures**”); **(u) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária; **(v) Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra-grupo*, expressas na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página *Internet* (www.b3.com.br) (“**Taxa DI**”), acrescido exponencialmente de uma sobre taxa (*spread*) equivalente a 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração**”), calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(w) Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate das Debêntures conforme será previsto na Escritura de Emissão, de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração das Debêntures será feito em parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia a ser definido na Escritura de Emissão, conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma “**Data de Pagamento da Remuneração**”). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3; **(x) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento a ser prevista na Escritura de Emissão; **(y) Resgate Antecipado Facultativo:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de data a ser estipulada na Escritura de Emissão (exclusive), realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sendo, portanto, vedado o resgate parcial das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (“**Resgate Antecipado Facultativo**”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido **(a)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); **(b)** de eventuais Encargos Moratórios, devidos e não pagos, se houver; **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo; e **(d)** de prêmio calculado de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. As Debêntures resgatadas no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas; **(z) Oferta de Resgate Antecipado:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (“**Oferta de Resgate Antecipado**”); **(aa) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de data a ser estipulada na Escritura de Emissão (exclusive), realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures (“**Amortização Extraordinária Facultativa**”), observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, acrescido **(a)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive); **(b)** de eventuais Encargos Moratórios, devidos e não pagos, se houver; **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa; e **(d)** de prêmio calculado de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(bb) Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe o previsto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 77**”), bem como as demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com a Escritura de Emissão poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160 e pela Resolução CVM 77. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, não têm direito a voto em assembleias gerais de debenturistas, nem a proventos em dinheiro, sendo que, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos direitos econômicos e políticos aplicáveis às demais Debêntures; **(cc) Vencimento Antecipado das Debêntures:** O Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer das situações a serem previstas na Escritura de Emissão, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um “**Evento de Vencimento Antecipado**”), devendo o Agente Fiduciário comunicar imediatamente à B3 acerca do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; **(dd) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora e pela Fiadora aos Debenturistas nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, adicionalmente à incidência da Remuneração, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa moratória de 2% (dois por cento) (“**Encargos Moratórios**”); **(ee) Classificação de Risco:** Será contratada agência de classificação de risco dentre a Fitch Ratings do Brasil Ltda., a Moody’s Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ou a Standard & Poor’s Ratings do Brasil Ltda. para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, devendo o primeiro relatório de classificação de risco ser emitido até a primeira Data de Integralização das Debêntures, e observado o que será disposto na Escritura de Emissão; e **(ff) Demais Condições:** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Oferta, à Emissão e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados. **(ii)** a autorização à Diretoria da Companhia e aos seus eventuais procuradores, para praticar(em) todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição e seus respectivos aditamentos, caso necessário, e contratar(em) os prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o Coordenador Líder, o banco liquidante, o escriturador, a B3, o Agente Fiduciário, a agência de classificação de risco e o assessor legal, dentre outros prestadores de serviços que se fizerem necessários à implementação da Emissão e da Oferta, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme aplicável, necessários para a consecução da Emissão e/ou da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação, sendo assim foi encerrada esta reunião de Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e pelos membros do Conselho de administração presentes. **7. Assinaturas:** Presidente: Denys Marc Ferrez; Secretária: Maria Lúcia de Araújo. Membros do Conselho de Administração presentes: Fernando Antônio Simões, Adalberto Calil, Augusto Marques da Cruz Filho, Denys Marc Ferrez e Marcelo José Ferreira e Silva. São Paulo, 10 de fevereiro de 2026. *Cópia Fiel do Original Lavrado em Livro Próprio. Maria Lúcia de Araújo - Secretária da Mesa.*



SAAEDOCO – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE DOIS CÔRREGOS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos utilitários, zero quilômetro, tipo pick-up/caminhonete, categoria carga, de fabricação nacional, novo, com ano de fabricação a partir de 2025, ano/modelo 2025/2026 ou superior, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital.
INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 20/02/2026, às 08h00 horas
TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 09/03/2026, às 07h00 horas.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 09/03/2026, às 08h00 horas.
LOCAL: www.licitardigital.com.br
EDITAL NA ÍNTEGRA: À disposição dos interessados no site <https://saaedoco.doiscoregoss.gov.br/> - CENTRAL DE SERVIÇOS - LICITAÇÕES - PREGÃO ELETRÔNICO
Informações pelo e-mail: licitacao@saaedoco.doiscoregoss.gov.br

FERNANDO CARLOS MASHORCA
Superintendente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL DE 01/03/2026 DA COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E LOGÍSTICA DE CUBATÃO, CNPJ: 31.771.539/0001-78, NIRE 35400174021. O Presidente da COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E LOGÍSTICA DE CUBATÃO, no uso de suas atribuições em cumprimento as disposições legais e estatutárias (Lei 5.764/1971 e art. 22 e seguintes do Estatuto Social), convoca os 38 cooperados da COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E LOGÍSTICA DE CUBATÃO para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL, a realizar-se no dia 01 de MARÇO de 2026, à Rua Marechal Deodoro, 162 – Sala 02 – Vila Elizabeth – Cubatão/SP – Sede da Cooperativa Cubatão, às 08:30 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação, às 09:30 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 10:30 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em terceira convocação. Serão deliberados os assuntos da Assembleia Geral Extraordinária, para tratar da seguinte ordem do dia:

1. Dissolução da Cooperativa;
2. Exclusão de cooperados;
3. Demissão de cooperados;
5. Assuntos Gerais de interesse dos cooperados.

Cubatão, 18 de Fevereiro de 2026

Thiago Amaral de Souza Pellim
Presidente



EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS REGIONAL VILA PRUDENTE

A Diretoria da APCD Regional Vila Prudente, considerando a determinação da Comissão Eleitoral da APCD Central, no uso de suas atribuições e de acordo com o Estatuto Social em vigor, determina e torna pública a data de **27 de maio de 2026** para as Eleições dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente da APCD Regional Vila Prudente e respectivo Núcleo (quando houver); Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes para formação do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL-APCD), que em segunda votação elegerão entre eles os membros titulares referente à gestão 2026/2029, Membros do Conselho Fiscal (COFI-Regional) e do Conselho Deliberativo (CODEL-Regional) quando houver previsão estatutária. As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudos, serão por chapas completas e para os conselhos Deliberativos e Fiscal individualmente. As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, em três vias, enviadas e protocoladas na Secretaria Social da APCD Regional Vila Prudente, sito à Rua do Oratório, 1606, 12º andar, sala 1201 – Mooca, CEP 03116-000, São Paulo - SP, com o encaminhamento da 1ª via dentro do prazo legal. O prazo de inscrição encerra-se no dia **27 de março de 2026** às 20h00 na Secretaria dos Conselhos da APCD-Central e às 17h00 na APCD Regional Vila Prudente. Os candidatos ao cargo do Conselho Deliberativo, eleitos no primeiro pleito como representantes das respectivas Regionais em **27 de maio de 2026**, reunir-se-ão até **27 de junho de 2026** nas suas respectivas macros para eleger por aclamação dos representantes presentes os Conselhos titulares e suplentes (CODEL-APCD), na proporção prevista no Regulamento Eleitoral combinado com o artigo 41 do Estatuto Social da APCD Central, todo processo eleitoral será organizado pelos coordenados da Macrorregião e conduzido pelo delegado eleitoral indicado pela Comissão Eleitoral, que deverá obedecer aos critérios eleitorais definidos no Regulamento Eleitoral. As eleições serão realizadas das 12h00 às 20h00, na sede da APCD Regional Vila Prudente, observada as regras do Regulamento Eleitoral, quais sejam, que as eleições deverão ocorrer entre 08h00 e 21h00, por período não inferior a 4 (quatro) horas.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2026.

Dra. Suzete Mitsue Kina
Presidente - APCD Regional Vila Prudente

Dr. José Luiz de Oliveira
Secretário Geral - APCD Regional Vila Prudente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00979127312026
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90014/2026
Nº PROCESSO: 154.00000686/2026-41

Objeto: PASSADOR DE FIO, PRÓTESE PARA ESFAGO E OUTROS. Total de Itens Licitados: 04 itens licitados (quatro itens licitados). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 19/02/2026. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 6302553000104-1-000338/2026. Entrega das Propostas: a partir de 19/02/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 03/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 0028/2026-00 (RC 45.312) NOGUEIRA & NOGUEIRA COMERCIO DE MIUDOS E VISCERAS DE ANIMAIS PARA PESQUISA LTDA, 10.863.583/0001-38

FFM 2067/2025-00 (RC 45.290) AKEN SA, 30.697.164/0001-80

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu Regulamento de Compras, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffmpeg.br).

CONCORRÊNCIA

FFM 0087/2026-00 – “SOLUÇÃO ESPECIALIZADA DE GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS EM NUVEM AUTODOC”



HabitaSEC – Habitasec Securitizadora S.A.

securitizadora

C.N.P.J. nº 09.304.427/0001-58 - N.I.R.E. 35.3.0035206.8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Dezembro de 2025

Realizada aos 23/12/2025, às 10h na sede social da Habitasec Securitizadora S.A. **Quórum de Instalação:** Presentes os acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos Ribeiro Do Valle Neto e secretariados por Daniela Angela Rodrigues. **Deliberações:** **(i)** Para fins da não retenção de imposto de renda na fonte de que trata os itens I, II e III do parágrafo 3º do Artigo 6º A da Lei nº 15.270 de 26/11/2025, **Fica Aprovado** o pagamento, crédito, emprego ou entrega até o ano de 2028, na proporcionalidade ao número de ações de cada acionista, ressalvadas as situações extraordinárias que venham afetar a saúde financeira da Companhia, o saldo de lucros apurados até 31/12/2024 e ainda não distribuídos, que no balanço intermediário levantado em 30/11/2025 totaliza a importância de R\$ 15.361.097,79. **(ii)** Para fins da não retenção de imposto de renda na fonte de que trata os itens I, II e III do parágrafo 3º do Artigo 6º A da Lei nº 15.270 de 26/11/2025, **Fica Aprovado** o pagamento, crédito, emprego ou entrega até o ano de 2028, na proporcionalidade ao número de ações de cada acionista, ressalvadas as situações extraordinárias que venham afetar a saúde financeira da Companhia, o lucro que será apurado no ano-calandário de 2025, que em balanço intermediário especialmente levantado em 30/12/2025 é de R\$ 3.956.759,43 que ajustado pelo resultado apurado no período de 01/11 a 31/12/2025, será publicado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025 e ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, até 30/04/2026. **(iii)** Autorizaram a Diretoria da Companhia a adotar todas as medidas e assinar quaisquer documentos necessários para a efetiva implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** nada mais a tratar. São Paulo, 23/12/2025. Mesa: **Marcos Ribeiro Do Valle Neto** - Presidente; **Daniela Angela Rodrigues - Secretária.** JUCESP nº 4.170/26-0 em 12/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.